

Proteger a Liberdade, defender a Revolução: a poesia de intervenção de Almeida Garrett

Ricardo Nobre
Centro de Estudos Clássicos da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo

As primeiras composições líricas de Almeida Garrett assumem um carácter político, fruto do contexto histórico em que foram produzidas. Reunidas posteriormente em *Lírica de João Mínimo* (1829), mas com traços evidentes em muitos lugares da sua obra (nos discursos políticos de peças como *Catão*, por exemplo), elas comprovam o empenho continuado na defesa da liberdade resultante da Revolução Liberal, em 1820. Com efeito, a formação de Almeida Garrett e a análise atenta da sua obra revelam como a retórica e os efeitos do discurso sustentam a expressão poética dessas composições, nas quais são convocados exemplos históricos (em especial provenientes da República Romana), verdadeiros testemunhos de que o autor aprendeu a lição da Retórica clássica.

Por conseguinte, este ensaio estuda os processos retóricos na poesia de Almeida Garrett contemporânea da Revolução Liberal: sem ignorar que o seu autor foi sempre um defensor da liberdade política, cultural e artística, revelar-se-á como uma arte poética se associa à arte retórica para defender um nobre ideal de liberdade, de que Garrett foi sempre um protector.

Palavras-chave: Poesia portuguesa do século XIX, Almeida Garrett, *Lírica de João Mínimo*, Liberalismo português.

Abstract¹

The earliest poetic works by Almeida Garrett are political in nature, a product of the historical context at the time of writing. Subsequently collected in *Lírica de João Mínimo* (1829), but with clear traces in many areas of his oeuvre (for example, the political speeches in plays such as *Catão*), they illustrate the author's continued commitment to defending liberty in the aftermath of the Liberal Revolution of 1820. Indeed, Almeida Garrett's educational background and detailed analysis of his oeuvre reveal that rhetoric and reception by the public highlighted poetic expression in these works. Attesting to the author's training in classical rhetoric, they contain historical examples, especially from the Roman Republic.

Consequently, this chapter will examine the rhetorical processes in Almeida Garrett's poetry at the time of the Liberal Revolution. Without omitting that the author always defended political, cultural, and artistic freedoms, the chapter will show how poetry became associated with rhetoric to defend the noble ideal of liberty, an ideal which Garrett always protected.

Keywords: Portuguese Poetry in the 19th century, Almeida Garrett, *Lírica de João Mínimo*, Portuguese liberalism.

1. No prefácio à segunda edição das *Folhas Caídas*, Almeida Garrett (1853b: xii) confessa que, no período imediato à Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820, a sua

¹ A versão inglesa do resumo deve-se ao Antony Hoyte-West, a quem muito agradeço a generosidade.

actividade poética apoiou “sempre com denodo e dedicação a causa da monarquia, sustentá-la como inseparável da causa da liberdade do povo”. Fazendo da poesia uma tribuna, o poeta reconhece nesse tempo a sua marcada feição de “patriota sincero e inocente”, “entusiasta da Liberdade que ainda não conhece, que ama com exaltação, que serve com fervor, e pela qual sacrifica de bom grado a pátria, o sossego doméstico, a fortuna, a saúde e quanto os homens mais prezam” (Garrett 1853b: xiii-xiv). Deste testemunho, importa realçar o pioneirismo que a experiência liberal propunha à nação. De facto, embora seja possível identificar os incentivos externos que estimularam a acção revolucionária portuguesa e a legislação dela decorrente, em particular a independência das colónias inglesas na América do Norte, os pronunciamentos liberais na Europa (com especial relevo para a Revolução Francesa) e a imposição em Espanha da Constituição de Cádiz (1812), a verdade é que havia muitas hesitações sobre o tipo de governo e estrutura que o País deveria ter, tendo em vista a sua modernização civilizacional.

Uma resposta às dúvidas que a nova situação política suscitaria provinha necessariamente da Antiguidade Clássica. As civilizações antigas, acreditavam os construtores dos novos estados livres desde o fim do século XVIII, serviam de modelo para a edificação de um Estado que soubesse preservar os direitos dos cidadãos, pois Gregos e Romanos tinham tido governos democráticos e parlamentares, sem reis, e os seus legisladores tornaram-se campeões da liberdade. A utilização das fórmulas antigas — particularmente romanas — foi, portanto, um método utilizado na edificação de uma política europeia moderna, como Karl Marx defendeu a propósito da propaganda política resultante da Revolução Francesa (Sachs 2012: 23 25).

O princípio foi utilizado em Portugal pela doutrinação liberal, cuja retórica parlamentar celebrava os seus protagonistas pelo recurso a uma conceptualização imaginada a partir de heróis da República Romana, além de constantes referências aos legisladores das democracias espartana (Licurgo) e ateniense (Sólon). Oliveira Martins (2004: 389), escrevendo sobre as cortes reunidas depois da Revolução Liberal de 1820, descrevia-as como “um amálgama de ilusões radicais, de paixões declamatórias, de um *pastiche* clássico, pseudo-romano: eram Brutos de papel, e Catões pintados, Aníbal, Cipião, Mário o perpétuo cônsul, o triunfador Pompeio, ou Camilo o *supersticioso* — como a moda os construía no princípio do século, nas odes, nas tragédias, nos quadros, nas mobílias”².

² Noutra obra do fim do século XIX, Oliveira Martins admite que a história política romana ajuda a entender os estados modernos, pelos exemplos legados à posteridade: “achamo-nos hoje, de modo mais ou menos nítido, voltados aos tempos democráticos da Antiguidade” (Martins 1987: 14); cf. Martins (1987: 21) e França (1999:

2. Almeida Garrett acompanhou o processo da implantação do liberalismo como doutrinador, defensor e cantor da liberdade ou, como ele havia de reconhecer, “Alceu da Revolução de 20”. Neste ensaio, proponho o estudo dos seus poemas militantes e de tema político, desde as vésperas da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820 até cerca de um ano depois, passando pelas primeiras Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, reunidas no Palácio das Necessidades, de que havia de resultar a aprovação da *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, em 1822. Terei em consideração o contexto político em que aqueles textos foram produzidos e a história da sua publicação ou não, visto que o conjunto editado na *Lírica de João Mínimo* (1829) deixa de fora muitos poemas, que permaneceram inéditos, até que Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias os viessem a publicar em 1985³.

Será lícito considerar que, tal como o liberalismo português conheceu enormes vicissitudes, que passaram pelos contragolpes miguelistas, os quais, no período mais crítico, levaram à suspensão da constituição, também os poemas de Garrett foram sujeitos a diversas alterações, em particular no que respeita a notas e a datas, sendo possível perceber que, na edição de 1829 da *Lírica de João Mínimo*⁴, o autor alterou deliberadamente informações acerca dos poemas para responder a necessidades históricas imediatas, repondo a verdade provável na versão dada à estampa em 1853. Independentemente da adulteração histórica da sua participação (como poeta-vate, pelo menos) nos acontecimentos políticos que conduziram ao triunfo do regime liberal, com uma constituição menos radical do que a de 1822, a verdade é que Almeida Garrett, nos momentos em que entendeu que deveria celebrá-la ou quando sentiu a liberdade ameaçada, soube sempre manter um discurso coerente em defesa dos ideais democráticos que perfilhou, recorrendo a um imaginário que, como já se disse, vinha saturado de significados políticos desde a Antiguidade. Com efeito, na conveniente interpretação de Andrée Crabbé Rocha (1954: 92), “heróis disfarçados à grega ou à romana (...) atravessavam os séculos carregados de sentido e de literatura. Agiam já mais facilmente como símbolos”.

Apesar da importância que os protagonistas políticos romanos adquirem na poesia de intervenção de Almeida Garrett, é muito evidente o cortejo de heróis nacionais, evocados

35), que faz notar que, com o vintismo, Roma “invade a cena portuguesa” pelas palavras “dos poetas e dos políticos”.

³ Do espólio de Almeida Garrett guardado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foram editados os textos manuscritos que constituíam *Poesias Dispersas*, em projecto de publicação em 1821, o “ano I” da Revolução.

⁴ Nesse ano, Garrett estava em Inglaterra. A obra saiu anónima.

como referência ética e modelo de virtudes num tempo em que, como pretendia o poeta, os Portugueses de outrora — a começar por Viriato, representante da “lusitana antiga liberdade” — não iriam envergonhar-se dos descendentes que se considerassem verdadeiros “homens” (conceito a dilucidar). Garrett, anos antes de escrever *Camões*, toma para si o papel de mobilizador de massas, nomeando sobretudo aqueles portugueses glorificados n’*Os Lusíadas*, num estilo “Que o peito acende e a cor ao gesto muda” (*Os Lusíadas* I 5.4), mas já com aproximações ao presente, pela exaltação feita a uma figura com o relevo de Manuel Borges Carneiro. São, por isso, versos que, na lírica ou na tragédia, se caracterizam por “tiradas retóricas ou forenses” e um “sopro libertário e político adequado à conturbada época em que foram escritas”, no dizer de Crabbé Rocha (1972: 21). Ofélia Paiva Monteiro, que desenvolveu um exaustivo estudo sobre o período sobre o qual me irei ocupar, admite que todos os textos escritos por Almeida Garrett no período revolucionário (enquanto estudante de Leis, em Coimbra) assumem como “registos principais: a grandiosidade comovente⁵, a «naturalidade», muitas vezes sentimental e moralizadora; a graça rococó; o riso brincalhão ou desmistificador e caricatural” (Monteiro 1971 I: 414). Nos textos poéticos estritamente políticos, todavia, não há lugar a ironia nem divertimento, conforme se verá.

3. Como o próprio título anuncia, “Pela inauguração do retrato de el-rei” é um poema de circunstância, declamado em Coimbra a 26 de Junho de 1820, ou seja, a menos de dois meses da revolução. Trata-se de um texto simultaneamente didáctico e encomiástico: ensinando que “a primeira virtude / Do homem, que é homem, a verdade é sempre” (vv. 16-17), o sujeito lírico aproveita o facto de estar “na sala dos actos grandes na universidade” para evocar João das Regras (v. 48), cuja argumentação, naquele mesmo local, deu legitimidade política ao mestre de Avis para subir ao trono, embora filho bastardo de D. Pedro I. Alude à batalha de Aljubarrota, elogiando o papel de D. Nuno Álvares Pereira (vv. 56-57) e comemora D. João I, primeiro rei deste nome. D. João VI, recorde-se, encontrava-se no Brasil, e o jovem poeta não lhe pede que volte, apenas promete lealdade e respeito ao monarca, lembrando-lhe de que em Portugal estão os seus fiéis súbditos, descendentes de ilustres homens, como os mencionados Nuno Álvares, [D. João de] Castro e Pacheco

⁵ “É nas composições que versam os grandes temas filosóficos, cívicos ou morais da sua ideologia que surpreendemos tais efeitos, adequados ao fundo que *significam*, profundamente vinculado ao programa regenerador. A acusação da tirania e a denúncia dos vícios que alimenta ou dos crimes que perpetra; a exaltação da liberdade e dos corolários que, no seu optimismo confiante, lhe julgava acoplados (...) eis os temas predilectos dessa produção quase sempre ditirâmbica e frequentemente *espectacular*, uma vez que fundamentalmente a constituem tragédias e odes que em boa parte foram *declamadas* em momentos de público entusiasmo” (Monteiro 1971 I: 416).

[Pereira], figuras já heroicizadas por Camões n’*Os Lusíadas*, aqui celebradas ao lado dos mitológicos Aquiles, Gérion e Pirene.

Segue-se a evocação exaltada dos outros reis com nome de João: se todos foram monarcas ponderados e virtuosos, a verdade é que quem tem mais condições para cumprir um reinado de glória é D. João VI⁶, factor a que não é alheio o elemento familiar, pois, aparentemente, D. Maria I tinha sido uma excelente rainha. Parece subentender-se que, tendo o povo do seu lado, o rei poderia facilmente libertar o País do poder de Beresford, outorgando a Portugal uma constituição de índole liberal⁷, sentido que a epígrafe do poema eficazmente sugere: “Eu quero o bem do povo, e não seus males”, ou, na versão grega também citada, βούλομ’ ἐγὼ λαὸν σὼν ἔμμεναι ἢ ἀπολέσθαι⁸.

4. A revolução triunfa no Porto a 24 de Agosto de 1820, quando Garrett ainda estudava em Coimbra. Gomes de Amorim conta que, confiante nas suas capacidades de cavaleiro, Garrett teimou que havia de montar um cavalo particularmente bravio. Caiu e ficou seriamente ferido; foi preciso muito tempo para recuperar. A revolução apanha-o convalescente. Mesmo assim:

Partiu a galope [para o Porto], andou sem parar toda a noite, e no dia seguinte apeava-se estafado à porta de casa, na rua da Boavista. (...) A recaída, anunciada pela receiosa ternura dos parentes, não se fez esperar muito. A jornada violenta, de dezoito léguas andadas sem interrupção, em dia de sol de Agosto, reabrir-lhe a ferida na cabeça, recentemente cicatrizada. No dia 27 desse mês assistiu ainda às festas da cidade, e ao sermão de acção de graças, pregado pelo padre José de Sá, constitucional exaltado, e orador célebre (...). No dia 28 o poeta recolheu-se à cama, com febre intensa, e ali ficou em gravíssimo estado perto de mês e meio! (Amorim 1881 I: 166-167)

Sabe-se, no entanto, que em Outubro participou, em Lisboa, nos festejos de recepção da Junta do Porto no Teatro de São Carlos⁹. Ao período em que deve ter estado recolhido pertencem poemas como “A Liberdade (em vinte e quatro de Agosto)” (de Agosto, sem dia certo), o

⁶ Convirá lembrar que “as homenagens ao suserano eram meias de escárnio, eram um tributo de condescendência — de uma como elegante ironia!” (Garrett 1853b: xxi).

⁷ O soneto “O Campo de Santana” (publicado na segunda edição de *Folhas Caídas*, 1853) — censura ao massacre dos cúmplices de Gomes Freire de Andrade, general que preparava um golpe de estado — termina com um veemente aviso: “tremei, sanguinários desumanos; / Que ela há-de vir, tremei, a Liberdade / Punir déspotas, bonzos e tiranos” (Garrett 1853b: 107). O soneto traz a data de 1817, mas foi composto em 1819 (Monteiro 1971 I: 176).

⁸ *Iliada*, 1.117. Corrijo a grafia grega, muito adulterada no original. Na tradução de F. Lourenço: “Quero que o povo seja salvo, de preferência a que pereça” (Homero 2005: *ad loc.*).

⁹ De acordo com o testemunho do Marquês de Fronteira (1986 I: 212), Garrett participou nos festejos da Revolução, no Teatro de S. Carlos, em Lisboa, em Outubro de 1820, declamando “A Liberdade”, ou seja, a ode que julgo ser “A Liberdade”, de que se falará de seguida. Foi a sua estreia em Lisboa.

“Hino Patriótico” (de dia 25) e “À Pátria” (30 desse mês). Destes, só o “Hino Patriótico” não foi incluído na *Lírica de João Mínimo*.

Com efeito, “Hino Patriótico” ficou manuscrito e foi publicado na edição Costa Dias, onde se transcreve uma nota de Garrett que permite identificá-lo com o poema que Gomes de Amorim dava como desaparecido. Tem as características que o biógrafo do poeta não encontrava nas composições da época: quinze quadras ABBC, um refrão repetido oito vezes, intercalado com as restantes sete estrofes, ou seja, adequado à música. Os portugueses desse tempo são exaltados pelo sucesso da revolução e, por isso, chamados “netos do Gama” (v. 14) e dignos descendentes de D. Afonso Henriques, a quem Deus concedeu protecção em Ourique (vv. 36 e 37).

Em “A Liberdade (em vinte e quatro de Agosto)”¹⁰, aplica-se o epíteto de homens aos cidadãos livres que não vivem sob tirania, à qual se associam, como habitualmente, ideias de vileza, fanatismo e ignorância. Porque a liberdade foi conquistada, o poema termina com a exclamação “homens já somos!”¹¹.

Todavia, mais importante para o tema que estou a desenvolver é “À Pátria”. Se “A Liberdade (em vinte e quatro de Agosto)” aparece nas duas edições de *Lírica de João Mínimo* sem alterações significativas, este poema tinha sido publicado em 1829 com a data de 1826, ou seja, coincidindo com a outorga da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa pelo Duque de Bragança, circunstância aliás sublinhada nos título e subtítulo que então o encabeçavam: “A Liberdade Legítima. Publicando-se a Carta Constitucional de D. Pedro IV”. Na edição de 1853 da *Lírica*, Garrett repõe a data de 30 de Agosto de 1820¹², titula-o “À Pátria” e anota a transformação no fim do volume, admitindo: “Confesso que, publicando-se a LÍRICA em Londres em 1829, época de temores e dificuldades políticas, receei agravar as desconfianças dos tímidos declarando-me o Alceu da revolução de Vinte, e atribuí a data posterior o que fora feito muito antes”¹³. Com efeito, a composição apresenta um estilo e um

¹⁰ Nas edições de 1829: 49-50 e de 1853: 137-139.

¹¹ Cf. em *Catão* as falas do protagonista: “Seja maior que a mágoa o sofrimento; / De atormentar-nos se invergonhe o fado; / E se cumpre ceder, cair coa pátria, / Caiamos sim, mas homens, mas Romanos” (Garrett 1845a: 82); “Sejamos homens, / Que homens fomos primeiro que Romanos” (Garrett 1845a: 90); “Não morre o homem quando vive o escravo?” (Garrett 1845a: 96); “Morres homem, meu filho, e morres livre” (Garrett 1845a: 173).

¹² Será possível que o tenha composto no período em que Gomes de Amorim o declara com febre alta?

¹³ Garrett (1853b: 278). O cognome “Alceu da Revolução de Vinte” havia sido usada no prefácio “A quem ler”, na segunda edição de *Folhas Caidas*; aí, o autor (que Gomes de Amorim identifica como o próprio Garrett) admite que os poemas que constituem o segundo livro de *Lírica de João Mínimo* evidenciam uma “nova era para o poeta e para o patriota”, acrescentando: “Alceu imberbe, tribuno de dezesseis anos, levanta-se com a revolução, destitui todos os ídolos velhos, e não canta senão hinos à liberdade” (Garrett 1853b: xvii); cf. p. xxiii. O poeta incluirá em *Flores sem Fruto* uma versão de Alceu (“A Espada do Poeta”), na qual se canta a favor da liberdade (Garrett 1845b: 56-57).

imaginário típicos do período imediato à revolução. Começa, assim, por convocar o principal exemplo da história antiga em que liberdade e tirania se digladiaram (vv. 1-12):

Aos pés do mármore de Pompeu, exangue
César triunfador caiu de roço;
Ergueu-se Roma, e a sombra despeitosa
Nos Elísios exulta.
Ao golpe audaz do intrépido mancebo
Liberdade folgou, gemeu natura...
Trajando galas, arrastando lutos
Parricida virtude.
E os ferros? — Outra vez aos pulsos roxos,
Ei-los, novo opressor os volve à pátria...
Foi breve sonho a liberdade, a glória:
Crimes só gera o crime.

Seguem-se exemplos de outras experiências liberais que se entregaram à tirania, como Cromwell na Inglaterra e Robespierre em França. Em comum, esses episódios revelam o que hoje se designa por fundamentalismo e que o poema traduz por “popular licença”, “anarquia”, “caos” e “abismo” (vv. 18, 19, 21 e 25). Em contraponto, “Razão, virtude, sacrossantos numes” (v. 28), são identificados, de acordo com a lição iluminista, com o verdadeiro sentido de liberdade. De facto, não foi a liberdade que gerou os excessos das “nódoas do crime” (v. 31), mas sim a sua ilusão, imagem adulterada pela ambição, intriga e inveja (v. 38). Nos últimos versos, o sujeito poético assume a atitude demagógica e forense que foi antes notada — dirigindo-se a Portugal (evocado na sua forma antiga, com o peso semântico que o nome Lísia consigo arrasta), exorta o seu País a aprender com os erros dos outros (vv. 45-48):

Lísia, Lísia, não tremas, não receies,
Que um novo facho a liberdade acende:
Pelos alheios erros ensinados
Saberemos fugi-los.

5. É precisamente esta atitude didáctica, que transforma o poeta num pedagogo (ou num outro Alceu), que caracteriza muita da poesia política de Almeida Garrett, em particular naquela que foi produzida com o intuito de ser declamada em público. Em três composições que recebem o título “Ao Corpo Académico” é exactamente isso que se verifica, pois a sua mensagem de vate torna-o num verdadeiro “pastor de povos”. Nenhum destes três poemas “Ao Corpo Académico” integra a primeira edição da *Lírica* e só os dois mais antigos, de Novembro e Dezembro de 1820, surgem na segunda. Um terceiro, já de Fevereiro do ano

seguinte, permaneceu inédito, conhecendo-se, porém, alguns dos seus versos, divulgados em cópias pela universidade. Vejamos cada um em separado.

O autor declara que o poema com o *incipit* “Ergo tardia a voz, mas ergo-a livre” (Garrett 1853a: 147-151) foi recitado na Sala dos Capelos em Novembro de 1820. Veicula, numa altura em que a revolução começava a conhecer contragolpes (como a Martinhada, desse mesmo ano), ideias próximas de alguns dos poemas já mencionados: o sujeito poético proclama ter “um coração que é livre e que é d’homem” (v. 23) e, de igual modo, exorta no final da composição a que “Sejamos como sempre Portugueses, / Vivamos livres... ou morramos homens” (vv. 78-79) — o último verso, já Gomes de Amorim (1881 I: 185-186) notou, é o que termina *Lucrecia*. Dirigindo-se aos seus colegas universitários (ou “filhos de Minerva”), não hesita em exaltar a plateia com dois versos de incentivo à luta (“veja o mundo com terror e espanto / Em cada filho de Minerva, um Marte”, vv. 70-71). O estilo da retórica forense influencia-o decerto, pois que os versos vv. 27-33 são certamente um eco de Cícero¹⁴:

Livres... ah! livre um Português foi sempre,
Que a morte, que os grilhões nunca o renderam.
— Sim, que essa infame, sórdida caterva,
Esse rebanho vil de vis escravos
Que ao ceptro da ignorância acurvam tímidos,
Do nome português vergonha e opróbrio,
Portugueses não são, jamais o foram.

A tirania é, em concordância com o que noutros poemas se assinalou, sinónimo de “bárbaro colosso”, “despotismo atroz”, hipocrisia, “máscara traidora”, fanatismo, infâmia, ignorância, crime, escravidão, ou seja, o oposto à liberdade, iluminística e frequentemente assumida como a harmonia com a Natureza.

No mês seguinte, o poeta teria feito uma nova proclamação aos académicos, “Na festividade pública em que se celebrou a revolução de 1820, com distribuição de esmolas e com outros actos de caridade”. Gomes de Amorim garante que a composição aí declamada não foi a mesma que Garrett inclui na *Lírica*, mas sim aquela a que de seguida se fará menção. Independentemente dessa circunstância, este segundo “Ao Corpo Académico”¹⁵, em que se lê que a liberdade ilumina a terra¹⁶, também interpela directamente o público, apoiado

¹⁴ *Catilinárias* I 28: *At numquam in hac urbe, qui a re publica defecerunt, civium iura tenuerunt*, ou “Mas nunca, nesta cidade, os que atraçoaram a Pátria continuaram na posse dos direitos de cidadania”, na tradução de S. Tavares de Pinho (Cícero 2006: *ad loc.*).

¹⁵ Garrett (1853a: 158-160). O *incipit* é: “Banha-se o coração em santo júbilo”.

¹⁶ “Alumia-se a terra, e a terra é livre” (v. 28). Trata-se de uma metáfora de índole iluminista, de acordo com Paiva Monteiro (1971 I: 221-222; cf. 254-261). Antecede-lhe a ideia de que a liberdade é uma religião de que os cidadãos devem ser os pregadores e apóstolos (vv. 25-27).

na sugestão épica camoniana¹⁷, conduzindo-o, qual chefe militar, para a luta armada, a que não faltam interjeições a expressar coragem (vv. 31-36):

A vós, ó sócios, bem nascida esp'rança
Em que já se revê da pátria a glória,
Sua antiga liberdade,
A vós incumbe a impresa. Esta em que entrámos
Guerra é da luz coas trevas: — eia! à guerra!
À guerra, que a vitória há-de ser nossa.

Se a data de Dezembro de 1820 é certa, esta aparente redução maniqueísta entre luz e trevas, liberdade e tirania, tinha uma leitura muito concreta: os estudantes de Coimbra não foram autorizados a votar nas eleições paroquiais que por esse tempo se realizavam. Garrett foi um dos estudantes que, com mais agravo, censurou esse impedimento.

6. Não obstante, o projecto liberal impunha-se. A 26 de Janeiro de 1821, reuniam-se no Palácio das Necessidades as primeiras Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Gomes de Amorim (1881 I: 204-205) lembra que “[a] notícia da reunião do congresso, esperada em Coimbra com viva impaciência, chegou ali no dia 29. Houve grande entusiasmo entre os estudantes, e logo se resolveu celebrar o facto por meio de uma festa constitucional, que efectivamente se fez em 2 e 3 de Fevereiro”. É precisamente de dia 3 que data o terceiro poema “Ao Corpo Académico”¹⁸, o qual nunca foi recolhido por Almeida Garrett na *Lírica*, embora pareça ser aquele que reflecte de forma mais evidente a argumentação de índole romana do primeiro liberalismo português.

Os primeiros versos recordam isotopias já aludidas, em particular o reconhecimento do título de homens dado aos cidadãos livres: “Agora, agora mesmo o nome, e a essência / Desempenhamos de homens. Nome augusto, / Sacrossanto nos coube: homens nós somos” (vv. 1-3). Os Portugueses são dignos descendentes de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral (vv. 41 e 42), e os deputados às Cortes são “pais da pátria”, “sacrossantos” e “grandes / Intérpretes da lei, da voz dum povo / Que ousou ser livre, espedaçar seus ferros” (vv. 47-49).

Destes deputados reunidos em Lisboa, um em particular recebe uma saudação especial: Manuel Borges Carneiro¹⁹, destacado legislador vintista, a quem eram dirigidos, segundo Gomes de Amorim (1881 I: 205-206), “incessantes (...) elogios, (...) louvores e (...)

¹⁷ *Os Lusíadas* I 6.1-4.

¹⁸ No mesmo dia, terá Garrett escrito o soneto “À lei, e ao rei” (deixado inédito e publicado postumamente: Garrett 1984: 118), no qual declara a sua lealdade ao monarca, mas não a um rei absoluto.

¹⁹ Borges Carneiro havia de ser perseguido e morto pelos miguelistas em 1833.

bênçãos”; considerado o “principal campeão da liberdade”, Borges Carneiro será deputado às cortes até à Vilafrancada, quando o parlamento foi dissolvido e os deputados protegidos pelo povo de Lisboa, que invadiu o Palácio das Necessidades com o objectivo de lhes garantir a segurança, de acordo com o testemunho de José Liberato Freire de Carvalho (1982: 159-159), então deputado por Viseu. Gomes de Amorim (1881: 205) afirma que naquele início de 1821 “[o] nome de Borges Carneiro era, em Coimbra, a palavra sagrada, o grito que acendia nas almas dos patriotas o fogo da liberdade”, e é nessa condição que ele é evocado por Garrett no poema de que estou a tratar (vv. 64-67):

Borges! Oh nome, que sagrou virtude!
Oh! Borges! oh Catão dos Lusitanos!
Cópia, esmero, rival dos Quíncios²⁰, Brutos,
Dos Licurgos, Sólon, dos Fábios, Túlios!

O Visconde de Benalcanfor, Ricardo Guimarães, descreve, num texto de 1865²¹, o estadista, que Almeida Garrett voltaria a saudar noutras circunstâncias, como um homem “meditativo, grave nas maneiras como os magistrados antigos”, acrescentando-se que citava de memória “largos trechos da Bíblia, sátiras e epístolas de Horácio, cantos da *Eneida* e das *Geórgicas*” (Benalcanfor 1874: 119). A comparação com os antigos legisladores é feita entusiasmadamente:

Este varão, não menos eminente pelo engenho do que pelo patriotismo em que não o venciam os caracteres ilustres da Roma de Cipião e de Paulo Emílio, descansava das antigas lutas da palavra (inútil e muda sob as mordidas do despotismo) no regaço da tranquilidade doméstica. O antigo tribuno, cuja voz soara cheia de eloquência no nosso primeiro congresso liberal, quando foi lançado nos cárceres, vivia estranho às conspirações preparadas (...) para derrubar um poder, que diante da Europa parecia condenado a exumar do túmulo do passado as demências ensanguentadas de Tibério” (Benalcanfor 1874: 121).

Na conclusão do poema que originou estas observações, Garrett volta a invocar os deputados às Cortes, de modo impressivo e vigoroso (vv. 68-72):

E vós, ó sábios todos, donde espera
Liberdade, e ventura a pátria vossa,
Vós libertai-a; aventurai-a, e dai-lhe
A virtude nas leis, nas leis a glória:
Coa glória, coa virtude é Lísia eterna.

²⁰ Na nota C do Acto I de *Catão*, Garrett (1845b: 227) recorda que Cincinato “[a]ndava lavrando e com a mão à rabiça do arado quando lhe chegou mensagem do senado que o elegera ditador. Deixou com pesar o sulco meio aberto, mas correu ao campo; venceu os Volscos e Équos que cercavam o exército romano e entrou triunfante em Roma. Dezasseis dias depois da eleição, depôs a ditadura e voltou à sua lavoura”.

²¹ “Sepultura à Beira-Mar”, publicado em *Fantasia e Escritores Contemporâneos* (Benalcanfor 1874: 103-132).

Num outro poema, “Ao Sr. José Frederico Pereira”, “Improvisado e recitado na sala dos actos grandes da universidade”, em data que Ofélia Paiva Monteiro (1971 I: 195) argumenta ser o mesmo dia 3 de Fevereiro de 1821, o sujeito poético declara “Guerra aos tiranos, sim; só guerra aos monstros” (v. 1), contrapondo-lhes a “razão” e a “justiça” da liberdade. O poema finda com o recurso a uma evocação enérgica do deputado Borges Carneiro, próxima da que agora se citou: “Borges! teu génio à liberdade é sopro (...) / Borges! eis um Catão, eis Bruto, eis Cássio! / Ó déspotas tremei! Elisia é Roma” (vv. 19, 22-23).

7. As leis de que o sujeito poético falava são, evidentemente, as que viriam a formar o corpo legislativo da *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, cujo texto apenas viria a ser aprovado em 1822. O rei, que continuava no Brasil, só então havia de ser convencido da necessidade do seu regresso a Portugal. O reino do Brasil tinha, ainda assim, abraçado a causa constitucional portuguesa, circunstância que leva Almeida Garrett a compor, ainda em Janeiro de 1821, “O Brasil Liberto” (Garrett 1853a: 161-166). Trata-se de um texto que estrutura uma mensagem em três tempos: o passado, que está sepultado no presente, servirá para deduzir um modelo para o futuro. Na verdade, por muita segurança que se tenha num momento actual, a história ensina que as grandes civilizações também podem acabar; o uso insistente do pretérito perfeito em contraste com o presente do indicativo de “jazem” no segundo verso sugere-o claramente (vv. 1-4):

Houve Grécia, houve Itália, e Sparta e Roma;
Houve, e morreram, jazem.
Séc’los de ferro de inrugadas fronte
As sorveram no abismo.

A fórmula poética é, portanto, semelhante à de outros poemas: evoca-se o exemplo das democracias antigas para alertar para a necessidade de preservar a liberdade, dado que a existência de grandes heróis não impede que a tirania sobrevenha (vv. 6-10):

As terras venerandas
Que os pés calcaram de Licurgos, Brutos,
Involveu-as no opróbrio,
No olvido as sepultou, sumiu-lhe a glória,
Fugindo, a liberdade.

O poema recrimina a crueldade, um inferno que surpreende o próprio inferno (vv. 11 e 21-22), os “punhais sanguinários” (v. 16), os “flagícios” (v. 18), o “traidor fanatismo” (v. 20) da tirania, interpretada como um atentado contra a natureza — isto é, a liberdade aqui definida, tal como noutros poemas, como virtude e razão (v. 33). Enquanto a liberdade foi

esmagada, a Europa levou para o novo mundo a cobiça desumana (vv. 51, 52, 54), ideia desenvolvida com o recurso eficaz a imagens²² que se multiplicam: quanto mais mundo, mais crime na terra. O exemplo de coragem vem de Franklin e Washington, os campeões da independência das colônias inglesas na América do Norte, sendo ainda evocada a Revolução Francesa. Em França, porém, a liberdade levou a excessos²³. Conhecendo os erros alheios do passado, podem os contemporâneos aprender com eles, evitando-os: “em teus erros a acertar aprendem / Os povos que só querem / Alva tocha de luz” (vv. 89-91). Por conseguinte, é de modo pacífico e sem derramamento de sangue que “A pátria de Viriato (...) conquista / A avita liberdade” (vv. 93-94), sucesso a que o Brasil, como se disse, adere e toma como modelo (vv. 97-104):

Oh! virgens plagas de Cabral famoso,
Se bárbaros outrora
Vos levámos grilhões, levámos ferros,
(Que também arrastávamos)
Hoje convosco alegres repartimos,
Irmãmente vos damos
Parte igual desse dom que os céus nos deram,
Que a tanto custo havemos.

O poeta, doutrinador de nações e defensor da causa que canta, adverte o Brasil para que, agora que apoia o movimento liberal português, não permita um regresso à tirania despótica, nem que isso signifique pedir a independência²⁴: “Mas, se em má hora um dia / (...) Ressurgir férreo o despotismo ao trono, / Então hasteai ousados / Os pendões da sincera independência” (vv. 112, 115-117).

8. A Constituição continuava em debate nas Cortes, mas o fim da censura e a liberdade de imprensa foram entretanto aprovados, a 15 de Fevereiro de 1821. No mês seguinte²⁵, Garrett celebra, em “A Liberdade de Imprensa”²⁶, uma nova era, sem crime, ignorância, aviltamento, embuste, perjúrio ou infâmia — nomes que se associam ao Antigo Regime

²² O sujeito poético diz que as “Ousadas quilhas de Cabral, Colombo” iam “Prenhes de ferros, de punhais, de fachos” (vv. 45 e 47). Nos vv. 57-64: “Em novos campos, / Não arroteados inda / Da ervada charrua da maldade, / Degenerada espécie / Da terra já caduca, vai, faminta / De sangue e atrocidades, / Coas esmirradas mãos semear, colhê-la, / Ampla ceifa de crimes!”.

²³ A expressão metafórica que veicula a mensagem é a de um facho com que os franceses deixaram queimar as mãos (vv. 85-86).

²⁴ Acontecimento que virá a ocorrer a 7 de Setembro de 1822.

²⁵ Os organizadores da edição (Garrett 1985: 304), sem mencionar a publicação e a datação estampada em *Lírica de João Mínimo*, datam o poema de 20 de Fevereiro, citando uma nota do poeta sobre a motivação e conjuntura política em que o texto foi composto.

²⁶ Garrett (1853a: 177-179). Na primeira edição da *Lírica de João Mínimo*, toma o título “À Verdade” (Garrett 1829: 77-79) e tem a data de 1820 (desligando-se do momento histórico acima referido).

deposto, definindo-o. Pouco depois, em fins do mês de Abril, as bases da constituição estão prontas e são juradas. No coroar do processo revolucionário iniciado no Porto a 24 de Agosto de 1820, Garrett escreve um poema de cento e cinquenta e três versos que nunca virá a publicar — poema que usa literalmente quarenta e um versos da composição “Ao Corpo Académico”, igualmente inédita, e em que não inova em relação ao imaginário e isotopias convocadas.

Assim, a atitude do congresso é saudada em “Pelo juramento das Bases da Constituição” (Garrett 1985: 94-99) como algo que deve ser uma celebração prolongada, uma exortação ao regozijo civil de todos os Portugueses, pois “à voz da pátria um cidadão não dorme” (v. 19), Portugueses definidos como “[u]m povo livre, um povo, que é já de homens” (v. 23-24). Os antepassados têm motivo de orgulho, pois “Nossos avós, o espanto do universo” (v. 86) — Afonso de Albuquerque (v. 88), Nuno Álvares Pereira (v. 89), Luís de Camões (v. 90), Pedro Nunes (v. 91), João de Barros (v. 92) e Duarte Nunes de Leão (v. 92) — não foram mais portugueses que os contemporâneos, que derrotaram um regime tirânico de ignorância (v. 103), crimes (vv. 105 e 113), cobiça (v. 106), maldades e infâmias (v. 108). O sucesso da revolução foi completo e conseguido de forma pacífica (vv. 118-120), factor que o sujeito poético relaciona com o desejo comum. Deste modo, o povo dá um exemplo ao rei, a quem não deixa de adorar: “Vem no meio dum povo, que te adora / Aprender a reinar sobre homens livres” (vv. 126-127). Uma vez mais, não se faz menção da ausência do rei no Brasil²⁷ e, tal como a propósito de outros poemas se viu, a causa liberal deve ser defendida a todo o custo, ou, em alternativa, morrer a tentar (vv. 150-151):

Pereçamos, pereçam nossos filhos,
Pereça a pátria; mas não fique a nódoa
Ao povo português que já liberto,
Tornou covarde a sucumbir escravo.

9. Quando isto assim escrevia, o jovem vate, que estimula os cidadãos a pegar em armas se for preciso defender a condição humana traduzida nos ideais revolucionários de liberdade, não poderia adivinhar que o processo de implantação do novo regime político ainda estava a dar os primeiros passos. Feita sem resistência, a Revolução de 24 de Agosto²⁸ foi, como Garrett reconhece (e o Marquês de Fronteira e Alorna confirma²⁹), um

²⁷ A segunda reivindicação dos revolucionários, sendo a primeira a Constituição.

²⁸ Tal como a sua émula em Lisboa, de 15 de Setembro.

²⁹ “Enquanto se esperava o Príncipe Real e se discutiam os primeiros artigos da Constituição na livraria do Convento das Necessidades, local onde se reuniam as Cortes, estava o país tranquilo e a capital muito alegre” (1986 I: 230).

acontecimento pacífico: foi preciso esperar pelo regresso da família real, em Julho de 1821 (Alorna I: 235-249), para que a oposição absolutista se fizesse sentir com derramamento de sangue e consequência graves.

Dias depois de desembarcado em Lisboa, o rei vai ao Teatro de São Carlos, onde ouve Almeida Garrett a declamar “uma improvisada ode”³⁰. Na mesma ocasião, antes de partir para a Terceira, o poeta publicou o ensaio, redigido no Porto em 1820, *O dia vinte e quatro de Agosto*. Não obstante o documento retirar-lhe o direito de veto, o rei jurara as bases da Constituição³¹, e Garrett parece celebrar o acontecimento depois de sair dos Açores a caminho de Lisboa. É nessa viagem marítima que compõe “Aniversário da Revolução de 24 de Agosto”³² e “Ao Rei jurando a Constituição”³³. Ambos recebem cerimoniosas epígrafes latinas de Horácio³⁴, mas só no primeiro a antiguidade estrutura a mensagem didáctica, em particular nos versos em que se comparam romanos a portugueses: “Romanos, oh! não foram / Os Césares e Augustos, / Romano foi Catão, romano Cévola / E quais esses estão hoje os Lusos” (vv. 49-50).

“Ao Rei jurando a Constituição” (Garrett 1853a: 209-212) é um respeitoso cumprimento ao rei, que se coloca do lado da liberdade, recusando, segundo o sujeito lírico, crimes e horrores da tirania, caracterizada pelos avatares alegorizados da “vil Adulação”, “negro Imbuste” (v. 11), “cavilosa Intriga” (v. 12), “macilenta Inveja” (v. 17), “pálida Ambição” (v. 18) ou “Falaz Superstição” (v. 22). A liberdade permite que D. João VI (apenas nomeado “rei”), “Livre do grilhão, solto dos ferros” possa, sem venda nos olhos, perceber que ao seu redor apenas havia crimes. Pelo gesto soberano do monarca, o poeta assegura que

³⁰ Fronteira (1986 I: 255). A circunstância terá escapado a Gomes de Amorim (1881 I: 210-211), que, desta estada na capital, apenas diz que o poeta assistia às reuniões do congresso. A fonte de que me sirvo, as *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, não identifica o texto em causa.

³¹ Ainda no Brasil em 23 de Fevereiro de 1821.

³² Na primeira edição da *Lírica de João Mínimo* (Garrett 1829: 104-108) tem o título “Aniversário da Restauração do Reino” e a data mais lacónica de 1821. Na segunda edição, tem a data de 24 de Agosto. Sobre a publicação do poema em *Português Constitucional Regenerado*, v. Gomes de Amorim (1881 I: 220-221).

³³ Na primeira edição da *Lírica de João Mínimo* (Garrett 1829: 174-177) tem o título “A D. Pedro IV. Libertador da Pátria” e a data de 1826, ou seja, recebeu o mesmo tratamento já descrito a propósito de “À Pátria”. Na segunda edição, tem a data de 26 de Agosto de 1821 (Garrett 1853a: 282), mas o rei apenas jurou a Constituição (terminada poucos dias antes) a 30 de Setembro de 1822: “A cerimónia foi muito curta (...); não houve discurso, nem de El-Rei, nem do Presidente: foi apenas o juramento” (Fronteira 1986 I: 267).

³⁴ No primeiro poema: *Jure solemnīs mihi, sanctorque / Natali proprio*. (Horat.), ou seja, Horácio, *Odes IV* 11.17-18. O original tem como contexto o aniversário de Mecenas: *iure solemnīs mihi sanctorque / paene natali proprio*; trad. P. B. Falcão (Horácio 2008: *ad loc.*): “com razão é esta data solene para mim, quase mais sagrada que o meu próprio aniversário”. Filinto Elísio (1806: 133) cita estes mesmos versos. No segundo, poema, a epígrafe é: *Ordinem / Rectum, et vaganti froena licentiae / Injecit, amovitque culpas*. (Horat.) Trata-se de Horácio, *Odes IV* 15.9-11; o original, em contexto, é uma fala de César: ... *ordinem / rectum evaganti frena licentiae / iniecit emovitque culpas*; trad. P. B. Falcão (Horácio 2008: *ad loc.*): “pôs um freio à devassidão que se afastava do bom caminho, eliminou as nossas culpas”.

os seus súbditos “Já te não chamam rei, só pai te chamam, / Que em corações só reinas” (vv. 67-68).

10. A chegada de Garrett a Lisboa no fim daquele mês de Agosto será o início da sua actividade de dramaturgo no palco do teatro do Bairro Alto, onde, a 29 de Setembro, estreia o *Catão* (Amorim 1881 I: 222-224) e, com Paulo Midosi, escreve *O Corcunda por Amor*. O escritor torna-se definitivamente conhecido na capital e reúne as condições para ser funcionário do Estado liberal depois de formado em Leis, em Novembro desse ano de 1821. Em Julho de 1822, já depois do escândalo do *Retrato de Vénus*, compõe “A Guerra Civil”³⁵, onde nomeia, entre os tiranos da história, o imperador Nero, completado o cenário romano com o ditador Sula e o traidor Catilina — a liberdade continua sinónimo de glória e honra, virtudes naturais ao ser humano: “Nem outra vida a coração que é d’homem / a natureza deu” (vv. 6-7).

Os inimigos da causa constitucional começavam, entretanto, a organizar-se em torno de D. Miguel, e os protagonistas do primeiro liberalismo português, entre eles Almeida Garrett, são obrigados a homiziar-se na sequência da Vilafrancada, em 1823. O poeta, de ideais inflexíveis como Catão³⁶, nunca deixará de defender a causa que o move: poemas de carácter político que continua, embora mais esparsamente, a publicar até à Convenção de Évora-Monte (e consequente capitulação do rei absoluto), alimentam a esperança de que a Natureza humana seja respeitada, a ordem estabelecida e as cinzas da liberdade voltem a acender-se. É isso que deseja no poema “24 de Agosto” (Garrett 1985: 105-107), datado de Agosto de 1824, que não chegará a publicar: “a chama ateadas / Neste dia — inda vive: — Um sopro, um sopro / Basta (...) / Para voar as cinzas que o sopitam” (vv. 56-59). No entanto, foi preciso esperar até ao fim da década de 20 para os liberais obterem uma vitória significativa que lhes restabelecesse o ânimo, o que veio a acontecer — já depois da morte de D. João VI e da outorga da Carta de 1826 — a 11 de Agosto de 1829, na vila da Praia, acontecimento celebrado pelo poeta, ainda em Londres nesse ano³⁷. Segue-se o regresso aos Açores, a preparação e o desembarque no Mindelo, em 1832. A causa liberal estava longe de definitivamente ganha; Garrett, porém, nunca deixou de a cantar, seguindo a lição da história antiga, da qual aproxima os heróis da nacionalidade portuguesa.

³⁵ Garrett (1829: 128-133 e 1853a: 237-241).

³⁶ “A causa do povo é traída, abandonada... ele não a abandona; prefere o exílio, e em terra estrangeira o ouvimos cantar as suas imprecações, as suas saudades e a constância indómita do autor do CATÃO” (Garrett 1853b: xviii).

³⁷ Por esta ocasião, Garrett (1853b: xxiii) apelida-se “Tirteu que precedia as falanges da Terceira ao pé do pendão azul e branco da jovem Rainha dos exilados”.

Referências

- Amorim, Francisco Gomes de (1881-1884). *Garrett: Memórias Biográficas*. Tomo I (1881), II, III (1884), Lisboa, Impr. Nacional.
- Benalcanfor, Visconde de (1874). *Fantasia e Escritores Contemporâneos*. Porto e Braga, Liv. Internacional E. Chardron.
- Cícero (2006). *As Catilinárias*, trad. Sebastião Tavares de Pinho. Lisboa, Edições 70.
- Filinto Elísio (1806). *Versos*, tomo V. Paris, s/n.
- França, José-Augusto (1999). *O Romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*, trad. Francisco Bronze. 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- Fronteira, Marquês de (1986). *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna Dom José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Garrett, Almeida (1829). *Lírica de João Mínimo*. Londres, Sustenance e Stretch. [Volume anónimo.]
- (1845a). *Teatro*, I: *Catão*. 4.^a ed., Lisboa, Impr. Nacional.
- (1845b). *Flores Sem Fruto*. Lisboa, Impr. Nacional
- (1853a). *Lírica [de João Mínimo]*. 2.^a ed., Lisboa, Viúva Bertrand e Filhos.
- (1853b). *Fábulas. Folhas Caídas*. 2.^a ed., Lisboa, Impr. Nacional.
- (1985). *Poesias Dispersas*, ed. Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias. Lisboa, Estampa.
- Homero (2005). *Iliada*, trad. Frederico Lourenço. Lisboa, Cotovia.
- Horácio (2008). *Odes*, trad. Pedro Braga Falcão. Lisboa, Cotovia.
- Martins, Oliveira (1987). *História da República Romana*. 7.^a ed., 2 Vols., Lisboa, Guimarães Editores.
- (2004). *História de Portugal*, rev. e notas J. Franco Machado, nota inicial Guilherme d'Oliveira Martins. Lisboa, Guimarães Editores.
- Rocha, André Crabbé (1954). *O Teatro de Garrett*. 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.
- (1972). «O Teatro de Garrett», in Almeida Garrett, *Teatro I: Catão*. 7.^a ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira: 7-30.
- Sachs, Jonathan (2010). *Romantic Antiquity: Rome in the British Imagination, 1789-1832*. Oxford, Oxford University Press.